## PROJETO DE LEI Nº , DE 2023

(Do Sr. DANIEL AGROBOM)

Altera a Lei nº 14.628, de 20 de julho de 2023, para instituir o Programa Nacional de Arrecadação e Doação de Alimentos.

## O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei altera a Lei nº 14.628, de 20 de julho de 2023, para instituir o Programa Nacional de Arrecadação e Doação de Alimentos, com o objetivo de fomentar o acesso à alimentação da população mais carente.

Art. 2º A Ementa da Lei nº 14.628, de 20 de julho de 2023, passa a viger com a seguinte redação:

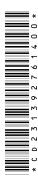
"Institui o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), o Programa Cozinha Solidária e o Programa Nacional de Arrecadação e Doação de Alimentos; altera as Leis nºs 12.512, de 14 de outubro de 2011, e 14.133, de 1º de abril de 2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos); e revoga dispositivos das Leis nºs 11.718, de 20 de junho de 2008, 11.775, de 17 de setembro de 2008, 12.512, de 14 de outubro de 2011, e 14.284, de 29 de dezembro de 2021. (NR)"

Art. 3º A Lei nº 14.628, de 20 de julho de 2023, passa a vigorar com alteração no art. 1º e acréscimo de Capítulo III-A, composto do seguinte art. 21-A:

"Art. 1º Esta Lei institui o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), o Programa Cozinha Solidária e o Programa Nacional de Arrecadação e Doação de Alimentos e altera as Leis nºs 12.512, de 14 de outubro de 2011, e 14.133, de 1º de abril de 2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos), com o objetivo de promover o acesso à alimentação, à segurança alimentar e à inclusão econômica e social, bem como revoga dispositivos das Leis nºs 11.718, de 20 de junho de 2008, 11.775, de 17 de setembro de 2008, e 14.284, de 29 de dezembro de 2021. (NR)"

"CAPÍTULO III-A





Apresentação: 30/10/2023 16:16:38.060 - MES/

Art. 21-A. Fica instituído o Programa Nacional de Arrecadação e Doação de Alimentos, destinado à distribuição de alimentos à população mais carente por meio de entidades beneficentes de assistência social.

- § 1º Para fins do Programa de que dispõe o *caput* deste artigo, fica criado cadastro de doadores de alimentos para o qual podem habilitar-se pessoas físicas, cozinhas industriais, restaurantes, mercados, feiras, sacolões e outros empreendimentos que trabalhem com alimentação.
- § 2º No âmbito do Programa de que trata o *caput* deste artigo, podem ser doados apenas alimentos próprios para o consumo humano que já tenham perdido sua condição de comercialização.
- § 3º O Poder Executivo regulamentará o disposto neste Capítulo."

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

## **JUSTIFICAÇÃO**

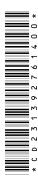
Ao mesmo tempo em que milhões de pessoas passam fome em nosso País, há desperdício de alimentos que poderiam ser consumidos pela população. Devemos corrigir essa situação e fomentar o acesso à alimentação da população mais carente.

Acreditamos que é imprescindível instituir um Programa Nacional de Arrecadação e Doação de Alimentos, destinado à distribuição de alimentos à população mais carente por meio de entidades beneficentes de assistência social.

Para a consecução desse Programa, faz-se mister criar cadastro de doadores de alimentos para o qual podem habilitar-se pessoas físicas, cozinhas industriais, restaurantes, mercados, feiras, sacolões e outros empreendimentos que trabalhem com alimentação.

Cabe ressaltar que, nesse Programa, podem ser doados apenas alimentos próprios para o consumo humano que já tenham perdido sua condição de comercialização.





Diante do exposto, solicitamos o apoio dos nobres pares para a aprovação deste importante Projeto de Lei, que altera a Lei nº 14.628, de 20 de julho de 2023, para instituir o Programa Nacional de Arrecadação e Doação de Alimentos.

Sala das Sessões, em de de 2023.

Deputado DANIEL AGROBOM

2023-16809

